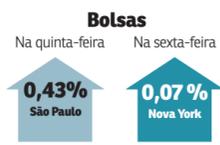




7 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 22 de abril de 2023



Dólar

Na quinta-feira Últimos

14/abril	4,915
17/abril	4,937
18/abril	4,976
19/abril	5,087

R\$ 5,058
(- 0,55%)

Salário mínimo

R\$ 1.302

Euro

Comercial, venda na quinta-feira

R\$ 5.546

CDI

Ao ano

13,65%

CDB

Prefixado 30 dias (ao ano)

13,65%

Inflação

IPCA do IBGE (em %)

Novembro/2022	0,41
Dezembro/2022	0,62
Janeiro/2023	0,53
Fevereiro/2023	0,84
Março/2023	0,71

POLÊMICA DOS JUROS

Queda da Selic segue tempo técnico, diz BC

Roberto Campos Neto defende autonomia do Banco Central e indica que ainda não é hora de reduzir a taxa básica

» RAFAELA GONÇALVES

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Em meio às críticas ao elevado patamar de juros no país, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, voltou a defender a autonomia da autoridade monetária, ao destacar que as decisões da autarquia são tomadas com embasamento técnico. “O timing técnico é diferente do timing político. Por isso, a autonomia é importante para dar à sociedade a garantia de que temos funcionários técnicos e que tomamos decisões sem viés político”, disse ele ontem, durante o UK Brazil Conference, evento promovido pelo Grupo de Líderes Empresariais (Lide), em Londres.

“O custo de combater a inflação é alto e é sentido primordialmente no curto prazo”, reconheceu Campos Neto. “Mas o custo de não combater a inflação é muito mais alto, e perene”, completou. Ele ressaltou que, “obviamente, o Banco Central quer reduzir o juro”, mas ponderou que se a movimentação não for feita com “credibilidade”, a taxa a longo prazo continuará alta.

O patamar atual da taxa básica de juros (Selic), em 13,75% ao ano, virou alvo de críticas recorrentes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e estabeleceu um impasse entre o governo e a autoridade monetária. As declarações de Campos Neto foram feitas às vésperas da participação dele na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, que acontece na próxima terça-feira, onde deve ser sabatinado sobre os juros.

O presidente do BC dedicou boa parte de sua apresentação para justificar a necessidade de manter a Selic por mais algum tempo no patamar atual, o que indica que não haverá uma revisão da taxa no próximo encontro do Comitê de Política Monetária (Copom), marcado para 2 e 3 de maio.

Segundo Campos Neto, se o Copom não tivesse iniciado o ciclo de aperto monetário em

O custo de combater a inflação é alto e é sentido primordialmente no curto prazo”, reconheceu Capôs Neto. “Mas o custo de não combater a inflação é muito mais alto, e perene”

Roberto Campos Neto,
presidente do Banco Central

2021, a inflação deste ano no Brasil seria de 10%, e os juros teriam que estar em 18,75%, o que levaria o país à recessão. “O BC sempre atuou de forma autônoma e fez grande subida de juros em ano de eleição. Se não tivesse feito isso, teríamos uma inflação hoje provavelmente muito descontrolada e um custo para a para a sociedade de muito maior”, disse.

Ele explicou, ainda, que as decisões de política monetária demoram de 6 a 12 meses para terem efeito. Sendo assim, não é possível remediar a inflação de curto prazo, tornando-se necessário olhar para a expectativa à frente.

Ao ouvir de um empresário que o atual patamar dos juros impedia o Brasil de crescer, o chefe da autoridade monetária explicou que apenas 20% do crédito, no país, é ligado diretamente à Selic e o restante

é ligado pelas chamadas taxas longas: “O que move o Brasil não é a taxa de juros de um dia, é a taxa de três, cinco, dez anos. Para fazer com que a queda da Selic gere um movimento de queda prolongada de juros, precisa ter credibilidade. O Banco Central está esperando o melhor momento para fazer (isso), para que isso tenha um ganho real para as pessoas. A economia não gira na Selic”.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que também estava presente no evento, voltou a se dirigir a Campos Neto pedindo pela queda dos juros. “Quero mais uma vez destacar ao nosso querido Roberto Campos Neto, com a devida vênia, a nossa reivindicação relativamente ao juro do Brasil, com a natural cordialidade respeito e acatamento, mas é uma súplica do Congresso Nacional”, disse. E

emendou: “Não poderia deixar de externar que 13,75% ao ano realmente são muito difíceis para o crescimento do Brasil, e tenho certeza de que o BC, sob a condução de Roberto Campos Neto, haverá de cuidar de maneira muito veemente para que essa taxa de juro se reduza no Brasil”.

Em meio ao aumento da pressão política, o presidente do BC reforçou que a independência do banco é crucial para a economia do país. Questionado se a autonomia estaria sob risco, Campos Neto minimizou as pressões do governo. “O debate sobre juros é normal, a autonomia do Banco Central não está em risco”, afirmou.

O banqueiro mencionou a imparcialidade da autarquia ao ter elevado a taxa de juros em plena campanha eleitoral, na qual o ex-presidente Jair Bolsonaro tentava a reeleição. “Nunca houve

uma alta de juro em ano de eleição na história do Brasil e do mundo”, disse.

Metas de inflação

O presidente do BC já havia ponderado que a inflação vem caindo de forma mais lenta do que o esperado e que, por isso, ainda não era hora de cortar juros. A meta de inflação para este ano é de 3,25%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial, está em 5,6% no acumulado em 12 meses.

O presidente Lula também criticou a meta, considerada por ele muito baixa diante do desarranjo global. Para 2024, a meta é ainda menor: 3%, com a mesma margem de tolerância. Enquanto isso, o mercado já projeta índices bem maiores no Boletim Focus.

“Escuto muito as pessoas dizerem que o BC do Brasil nunca respeita a meta. Na verdade, a gente passou da banda acima da meta por sete vezes. Curiosamente, é o mesmo número de vezes que Chile e Peru passaram. Colômbia, acho que oito vezes. Então, está na média dos países que adotaram o sistema de metas mais ou menos neste período”, observou Campos Neto.

Ele citou como exemplo países como Argentina e Turquia, que abandonaram o regime de metas e entraram num ciclo de inflação muito alta. Na Argentina, a inflação do país atingiu 104% e os juros chegaram a 81% ao ano. Já na Turquia, a inflação está em torno de 70%, mesmo em um cenário de juro negativo. “Para aqueles que acham que juros negativos são sinal de um país saudável e de crédito abundante, basta olhar para a Turquia. Tem juro negativo, não tem crédito abundante, não é saudável e foi um dos maiores aumentos dos índices de pobreza dos últimos tempos”, apontou. Segundo ele, o Brasil tem uma meta de inflação compatível aos países emergentes.

Para Pacheco, CPMI não vai prejudicar arcabouço fiscal

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou ontem que o projeto do novo arcabouço fiscal, encaminhado pelo governo ao Congresso, está bem estruturado e “será aprovado”, pois a essência da proposta agradou a maioria dos integrantes da Casa. No entanto, sem dar detalhes, Pacheco sugeriu que “eventuais mudanças” podem ser feitas para melhorar o texto.

Pacheco, que participou de evento com empresários e investidores em Londres, descartou, em entrevista à CNN, a possibilidade de que a provável instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre os atos golpistas de 8 de janeiro vá prejudicar a tramitação do projeto. “Definitivamente, não. Temos senso de urgência em relação ao arcabouço fiscal”, disse.

Ele observou que, quando o projeto chegar ao Senado, será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), comandada pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP). “Alcolumbre já disse que cuidará da rapidez. Votaremos o arcabouço em qualquer circunstância, inclusive com a CPMI”, acrescentou Pacheco.

O requerimento para a instalação da CPMI será lido no plenário do Congresso na próxima quarta-feira. A comissão ganhou força nesta semana, após a divulgação de imagens do então ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Gonçalves Dias, em contato com golpistas que invadiram o Palácio do Planalto em 8 de janeiro. Sobre a comissão, Pacheco disse que nunca se opôs à instalação dela e que, inclusive, achava a ideia

bastante razoável. “O evento recente do ministro do GSI, agora exonerado, é uma circunstância a mais a ser apurada em CPMI.”

Pelos cálculos do governo, faltam cerca de R\$ 155 bilhões em receitas para fechar as contas do ano que vem, já considerando a nova regra fiscal. Durante a entrevista, o presidente do Senado reconheceu que há um desafio pela frente para aumentar a arrecadação sem aumentar os impostos. “Temos desafio muito importante para sustentar arcabouço que são projetos de arrecadação sem novos impostos”, frisou Pacheco.

Na direção certa

Também presente ao evento com investidores, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, voltou a comentar

sobre o arcabouço e seu potencial para redução dos juros. Ele afirmou que o projeto está na “direção certa” e que é preciso melhorar a comunicação para tranquilizar os mercados e balizar as expectativas econômicas.

Segundo Campos Neto, a proposta corrige as principais falhas do teto de gastos. Ele avaliou como “injusto” cobrar grandes cortes de gastos por parte do governo. “Estudei todas as grandes rubricas de despesas nos últimos 25 anos, e a verdade é que o país tem uma grande dificuldade de cortar”, observou. “Quando há cortes, eles são conjunturais, e não estruturais. Significa que você corta por algum tempo e depois volta a subir [...] Acho que cobrar do governo grandes cortes estruturais de despesas parece injusto.” (RG)

Ed Alves/CB/DA.Press



Para o presidente do Senado, projeto terá aprovação rápida